

Fome ‘sai’ do debate e doações para comunidades despencam

valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/17/fome-sai-do-debate-e-doacoes-para-comunidades-despencam.ghtml



Maria de Fátima Bispo da Silva, de Heliópolis: “Se eu tivesse de pagar aluguel, teria de escolher entre isso e comer” — Foto: Celso Doni/Valor

Uma fila de 500 pessoas que se forma diariamente à espera de marmitas. A quantidade é insuficiente para todos. Uma cesta básica é compartilhada entre dois ou três vizinhos. A expectativa de doações de itens essenciais que não entram em casa há mais de três meses. Situações de escassez como essas têm sido cada vez mais frequentes em favelas de São Paulo e acendem alerta sobre a queda de doações de pessoas físicas, empresas e órgãos públicos.

A avaliação de líderes comunitários é que o fato de a fome e a miséria terem saído do debate eleitoral e a volta ao “novo normal”, com o qual as pessoas acabaram se acostumando, reduziu o engajamento de doadores.

Em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, Gilson Rodrigues, presidente da ONG G10 Favelas, conta que a queda nas doações começou com o arrefecimento da pandemia e acelerou com as eleições. No pico da pandemia, o G10 chegou a entregar 750 cestas básicas por dia. Na semana passada, estava há seis meses sem entregar nenhuma.



Maria Carvalho Santos, de Paraisópolis: “Consigo duas marmitas, que dá para o almoço de quatro lá em casa” — Foto: Celso Doni/Valor

Com o alto nível de engajamento em 2020, chegou a distribuir 10 mil marmitas diárias. Hoje consegue fazer entre 300 e 500 por dia.

“Com a eleição houve negação muito forte da fome, o que levou pessoas a parar de ajudar. Nos planos de governo de candidatos ao governo do Estado e também a presidente, a palavra favela nem sequer aparecia”, diz Rodrigues.

“As pessoas se acostumaram com esse novo normal, que é agravado pela fome e pelo desemprego. Então, ter uma parte fazendo home office e outra passando fome virou normal”, diz. “A gente percebe que a fila de pessoas pedindo emprego e doações não para de crescer. Tem dia que a fila continua e a comida acaba, mas as pessoas não acreditam”, diz.



José Marcelo da Silva: “O setor privado, que dava muita coisa, deixou de doar” — Foto: Celso Doni/Valor

Lenice Almeida Silva, de 46 anos, costuma ficar até o fim na fila da marmita na rua Itamotinga, Paraisópolis. Na quarta-feira da semana passada, ela havia conseguido três quentinhas após três horas na fila, mas esperou mais 30 minutos para ver se conseguia mais uma para a filha que mora ao lado.

“Na pandemia, eu chegava a pegar sete marmitas por dia. Hoje peguei três, mas queria um pouco mais para minha filha”, conta.

Ela recebe Auxílio Brasil de R\$ 600, com o qual paga o aluguel do barraco onde vive com os filhos José Henrique, de 23 anos, e Diogo, 18, além do neto Tales, 3. Procura emprego fixo, mas por enquanto consegue apenas bicos de diarista. Faz em média dois por mês, o que lhe rende R\$ 300.



Gilson Rodrigues: “Com a eleição houve uma negação muito forte da fome” — Foto: Celso Doni/Valor

O episódio de troca de tiros durante a visita do então candidato ao governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) à comunidade, em outubro, piorou a situação, conta Gilson Rodrigues. Dos 1.258 doadores pessoa física que contribuía regularmente para a campanha contra a fome do G10 em Paraisópolis, 633 cancelaram as doações mensais.

Maria Carvalho Santos, de 62 anos, está sem emprego desde a chegada da covid, quando deixou de trabalhar de doméstica. Recebeu duas parcelas do Auxílio Emergencial na pandemia e agora vive de Auxílio Brasil, marmita e ajuda dos vizinhos.

“Todos os dias, de segunda a sábado, chego aqui às 9 horas para pegar marmita. Consigo duas, que dá para o almoço de quatro lá em casa”, conta a idosa, que nasceu em Vitória da Conquista, Bahia, e vive há 34 anos em Paraisópolis.

Maria mora com os netos Rafael, de 20 anos, Lívia, de 16 anos, e Lavínia, de 13 anos. “Antes eu conseguia pegar três quentinhas ou mais. [A diminuição das doações] acabou prejudicando a gente”, diz.

À noite e no domingo, quando não servem marmita, ela “se vira”. “A gente dá um jeito. Faz uma verdurinha, feijão, arroz. Vamos nos ajudando. O vizinho que está trabalhando doa comida para o outro, e assim levamos. O que não dá é para ficar com fome”, conta. “Com o Auxílio Brasil compro bolacha, óleo e salsicha, quando não está muito cara.”

Na Brasilândia, zona oeste, a Casa de Carnes Mota está forrada de cortes. Banners anunciam promoções como R\$ 10,99 o quilo da galinha picada ou R\$ 26,99 o do acém. Mas não há clientes. Perto dali, o centro comunitário do Jardim Guarani está sem item básico para doar diante da fila de 600 famílias à espera de receber uma doação.

Uma delas é a de Gildete Pires, de 50 anos. Aposentada por invalidez, ela complementa a aposentadoria de um salário mínimo com os R\$ 700 que o marido ganha fazendo bico de pedreiro. “A cesta dava uma ajuda grande. Tendo a cesta, o resto a gente corria atrás”, conta. A última cesta que pegou foi há dois meses. “Agora, são os vizinhos que ajudam.”

Renata Maria de Luz, de 36 anos, mora ao lado com o filho, Rian, de 5 anos. Ex-garçonete, ela está há cinco anos sem trabalhar e, desde que ficou viúva há dois anos, recebe R\$ 800 de pensão.

“Não pago aluguel, mas meu filho tem bronquite e alergia a lactose e glúten. Gasto muito dinheiro com medicamentos. Por causa da quantidade de exames que ele precisava fazer, tive de começar a pagar um plano de saúde. Gasto R\$ 230 por mês com isso”, conta.

Renata mora em uma viela de portinhas na Brasilândia. Há cerca de um ano, pegava cesta básica a cada dois meses. Agora faz cinco que não consegue nenhuma.

Henrique Deloste, líder comunitário do Jardim Guarani, Brasilândia, conta que chegou a distribuir 5 mil cestas na pandemia. As doações caíram e as cestas passaram para mil em dezembro de 2021 e para 500 em julho passado.

“Agora só quando pinga”, afirma Deloste. “As doações pararam. As empresas, as pessoas, e até a prefeitura deixou de doar. E as pessoas continuam procurando.”

Questionada pelo **Valor** sobre o fim das doações de cestas básicas, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) ressaltou que duplicou neste ano o orçamento para investir em programas de distribuição de alimentos. Em nota, a secretaria afirmou que, através do programa Cidade Solidária, doa cerca de 5 mil cestas básicas por dia útil e que mantém o Rede Cozinha Cidadã, que distribui 400 refeições por dia na Brasilândia, 1.400 em Heliópolis, além de outras comunidades.

“Esperamos que a prefeitura, pelo menos, faça alguma doação para a gente atender as famílias antes do Natal”, conta Deloste. “Só no WhatsApp são três grupos de 200 famílias que estão precisando. Andamos por aí e vemos pessoas sem nada para comer e sem

emprego”

De modo geral, as doações caíram porque a sensibilidade maior das pessoas ocorreu durante a pandemia, afirma José Marcelo da Silva, presidente da Ação Comunitária Nova Heliópolis, na zona sul de São Paulo.

Hoje, o centro comunitário - um dos 20 maiores de Heliópolis - consegue distribuir um sexto do que conseguia há pouco mais de um ano. Durante a pandemia eram 3 mil cestas por mês. Passaram a 650 em dezembro de 2021. Hoje distribui 100, mas de maneira muito irregular.

“O setor privado, que dava muita coisa, deixou de doar. As pessoas se sensibilizaram com a pandemia. Mas, com o retorno das atividades, as doações foram deixando de chegar”, conta.

Silva acredita que o período eleitoral tenha contribuído para órgãos públicos reduzirem a ajuda por medo de serem acusados de usarem a máquina pública para fazer campanha, mas conta que os cortes feitos pelas empresas foram os mais bruscos.

“Não sei se foi por conta de o pessoal ir voltando ao normal, que sabemos que não é normal. A pandemia deixou muitas sequelas. O cara que vai trabalhar encontra salários pequenos, outros que estão na informalidade querem empreender, mas não têm como”, diz. “As pessoas não querem ficar milionárias, só querem comida na mesa.”

Enquanto espera as doações, vê a fila crescer. “Das 15 mil famílias que atendíamos na pandemia, 2.500 ainda precisam de ajuda.”

Maria de Fátima Bispo da Silva, de 39 anos, entrou para o grupo há dois meses, quando perdeu o emprego de merendeira na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, na Vila Carioca.

“Isso mexe muito com a gente. Ainda mais chegando o fim de ano, quando eu já tinha mil e uma coisas planejadas”, diz. “Graças a Deus recebo Auxílio Brasil, com o que mantenho a casa. Se eu tivesse de pagar aluguel, teria de escolher entre isso e comer.”

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede inflação percebida por famílias com renda entre um e cinco salários mínimos, foi de 0,47% em setembro, segundo o IBGE. No resultado acumulado 12 meses, o INPC ficou em 6,46%. A alta nos preços de alimentos - com maior impacto no INPC - passou de -0,51% em setembro para 0,60% em outubro.

Fátima vive com os filhos Arthur, de 7 anos, e Andre, de 11 anos, e a cachorrinha Bela em um conjunto de casas inacabadas na beira do córrego Sacomã. A casa tem uma cozinha, um quarto pequeno com uma cama de casal e uma TV, e um banheiro. O filho mais velho, Christian, de 14 anos, passou a morar com a avó no mês passado. E o marido Rodrigo, de 42 anos, está preso em Presidente Prudente, interior de São Paulo.

Ela conta que as doações ajudavam muito e que tudo ficou mais difícil de uns meses para cá. Às vezes consegue um bico de faxineira, pelo qual cobra R\$ 150 a diária.

Aperto parecido vivia até pouco tempo Ellen da Silva, de 30 anos. Morando em um cômodo de 28 m² com cama, TV, fogão, geladeira, armário e banheiro no Heliópolis, ela vive com as filhas Vitória, de 12 anos, e Ana Júlia, de 8 anos.

Ellen começou a trabalhar em outubro para uma empresa terceirizada de limpeza. Faz turno de 12 horas a cada dois dias e recebe um salário mínimo. Banca a casa e as filhas sem ajuda dos pais das meninas e, até começar a trabalhar, dependia da cesta básica que o Ação Comunitária Nova Heliópolis doava. Até o ano passado, conseguia uma por mês. Mas há três meses que não recebe nenhuma.

“Sempre peguei cestas. E sempre havia doações de produtos de higiene. Agora não mais”, conta.

A três minutos caminhando dali, Rogério Spadone, de 48 anos, fica de olho no que chega de doação para abastecer o apartamento onde vive com a mãe Alzenira, de 65 anos, e o irmão, Pedro Luiz, de 43 anos no conjunto habitacional.

“Tento dividir também com a minha irmã, que tem quatro meninas”, afirma. “A redução dessas doações, então, acabou sendo sentida por todos nós.”

Spadone recebe Auxílio Brasil. Gasta praticamente tudo em remédios de uso contínuo. Ele e Fátima, que mora próximo ao córrego Sacomã, vivem se ajudando. “Estamos sempre dividindo. Quem tem, compartilha com quem não tem. Às vezes pego coisas e mando para a Fátima. Tem dia que é ela quem manda pão e legumes para cá”, diz. “Antes, tinha cesta todo mês. Agora, só a cada três, quatro meses.”